

"IDÉIAS" E "FATOS" NA ENTREVISTA DE AFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO

Verena Alberti*

Este texto tem por objeto o conjunto de entrevistas concedidas por Afonso Arinos de Mello Franco ao Programa de História Oral do CPDOC entre setembro de 1982 e outubro de 1983, com um total de 26h 40m de gravação. As entrevistas foram realizadas por Aspásia Camargo e Maria Clara Mariani e contaram com a participação especial de Pedro Nava (na entrevista de 27.9.1982) e dos jornalistas Carlos Castelo Branco, Fernando Pedreira e Otto Lara Resende (na mesa-redonda de 8.2.1983). O objetivo imediato desta série de entrevistas foi sua transformação em livro: ainda em 1983, o CPDOC publicava, em conjunto com o Senado Federal e a Editora Dom Quixote, o livro *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*, cuja primeira parte é o resultado do trabalho de edição das entrevistas gravadas.

Se hoje, passados dez anos da realização das entrevistas, as elegemos como objeto de reflexão, esse movimento é evidentemente marcado por uma distância temporal e conceitual, só tornada possível por seu objetivo não imediato, que foi, independentemente da edição do livro, sua conservação no acervo de depoimentos do CPDOC. A elaboração deste texto começa então no momento em que as fitas do depoimento de Afonso Arinos foram retiradas de seu repouso junto de outras entrevistas da letra A, para tornarem a "falar".¹ Trata-se, como em qualquer pesquisa com

* Pesquisadora do Programa de História Oral do CPDOC, mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional (PPGAS-UFRJ) e doutora em Literatura pela Universidade de Siegen (Alemanha).

¹ O acervo de depoimentos do CPDOC contém 30 fitas cassete de entrevistas com Afonso Arinos. Uma dessas fitas não faz parte da série gravada entre 1982 e 1983: trata-se de entrevista concedida à pesquisadora Lúcia Hippólito sobre o *Manifesto dos Mineiros* em 26.7.1977. As fitas restantes estão divididas em dois conjuntos: o primeiro (26 fitas) corresponde às entrevistas conduzidas por Aspásia Camargo e Maria Clara Mariani, incluindo-se aí a mesa-redonda de 8.2.1983; o segundo reúne três fitas da entrevista conduzida por Pedro Nava, com a presença de ambas as entrevistadoras. Este segundo conjunto está catalogado como "Afonso Arinos e Pedro Nava". A totalidade das fitas foi consultada na forma de escuta e as citações no presente texto obedecem aos seguintes critérios: a) quando não houver referência expressa, o trecho citado encontra-se no primeiro conjunto de 26 fitas; nos outros casos indicar-se-á "Afonso Arinos e

documentos, de retirar o depoimento de sua inércia silenciosa e de iniciar um diálogo em que se alternam as informações que ele nos dá e as perguntas que lhe fazemos. Deste diálogo resulta um sentido, que não é jamais o único possível, e é dele que se pretende falar aqui.

Dois fatores precisam ser enfatizados para dar conta da especificidade do documento em questão. O primeiro deles diz respeito à época de realização da entrevista. Uma entrevista de história oral não apenas fornece relatos de ações passadas, mas é ela mesma um conjunto de ações que visa determinados efeitos — efeitos que se pretende que ajam sobre o interlocutor na própria entrevista, e efeitos que se pretende que repercutam para além da relação de entrevista, no público que a consulta e eventualmente na sociedade como um todo. Desse ponto de vista, a entrevista de história oral não se diferencia de outros documentos de cunho retrospectivo, como autobiografias ou relatórios, por exemplo, que constituem tanto *relatos de ações* quanto *ações* propriamente ditas.² Sua especificidade com relação a esses documentos vem do fato das *ações* que documenta serem tanto do entrevistado quanto do entrevistador — deste, maiores ou menores, não importa, mas, como já se tornou costume dizer, trata-se, na história oral, de uma produção *intencional* de documentos da parte do pesquisador.

A motivação que estaria na base da entrevista de Afonso Arinos deve ser procurada nos anos de 1982-1983, meados do governo de João Figueiredo (1979-1985), momento em que alguns diagnósticos políticos registravam uma certa inércia ou apatia que retardava o processo de democratização do país. Lembre-se que o movimento pelas *Diretas-já* só se daria praticamente dois anos depois de iniciada a entrevista, entre janeiro e abril de 1984; que Afonso Arinos só seria indicado presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, a chamada Comissão Arinos, no início do governo Sarney (em março de 1985),³ e finalmente que a Assembléia Nacional Constituinte, cuja

Pedro Nava", ou "Afonso Arinos - Manifesto dos Mineiros"; b) a localização do trecho citado dar-se-á pela indicação do número e do lado da fita, e pela marcação do contador de gravação (por exemplo: "Fita 24-A; 105"); c) nos casos em que são transcritas perguntas e respostas, a indicação de quem tem a palavra dar-se-á pelas iniciais dos nomes, como "A.A." para Afonso Arinos e "A.C." para Aspásia Camargo.

² Para o desenvolvimento desses conceitos e sua relação com a questão da *fonte histórica*, ver a distinção estabelecida por Peter Hüttenberger entre *Handlungsüberrest* (resíduo de ação) e *Handlungsbericht* (relato de ação), no artigo "Überlegungen zur Theorie der Quelle" (1992).

³ Oficialmente, a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais foi instalada em setembro de 1985, tendo um prazo de dez meses para elaborar um anteprojeto de Constituição, mas o nome de

Comissão de Sistematização Afonso Arinos presidiu, só se instalaria em fevereiro de 1987. A realização da entrevista nos idos de 1982-1983 obedece, a nosso ver, a uma certa vontade política de "sacudir" o país e suas elites para lembrar o caráter inevitável da democratização e a necessidade de se combater a letargia com propostas de ação consistentes. O depoimento de Afonso Arinos significava nesse contexto uma busca de entendimento no passado, e ao mesmo tempo uma revitalização da importância do *político*, daquilo que Afonso Arinos representava como parlamentar e liberal. Finalmente, sua experiência, sua idade (em 1982 tinha 77 anos) e seu pertencimento a uma elite intelectual faziam dele um personagem privilegiado a ser ouvido.

Estas, em linhas gerais, as motivações da entrevista, que dão conta daquilo que pode ser chamado a principal *ação* de que essa entrevista é documento. Tanto é assim que o livro publicado em seguida cristaliza tal projeto desde sua epígrafe, passando pelos prefácios de Aspásia Camargo e de Pedro Nava, até a edição da entrevista — que é sempre resultado de uma leitura, dentre as possíveis, do depoimento.⁴

É nesse sentido portanto que destacamos a época de realização da entrevista como um dos fatores que permitem dar conta da especificidade do documento de que aqui se trata. O segundo fator diz respeito ao que podemos chamar de "a marca autobiográfica" de Afonso Arinos. Não se trata aqui de um entrevistado a quem se colocava pela primeira vez a tarefa de refletir sobre sua história de vida e a relação desta com a história no sentido largo. A principal prova disso são seus cinco volumes de memórias, publicados entre 1961 e 1979. Mas a preocupação com o registro autobiográfico ultrapassa esse período. Já em 1927, aos 21 anos, Afonso Arinos pedia à noiva que escrevesse suas cartas

Afonso Arinos já havia sido indicado por Tancredo Neves e, portanto, corroborado por Sarney no início de seu governo.

⁴ A epígrafe do livro *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos* é uma frase do próprio entrevistado resumindo uma espécie de diagnóstico da situação do país, ao mesmo tempo em que reclama providências: "É preciso engravidar essa nação com idéias." Ao longo da entrevista Afonso Arinos enuncia algumas vezes proposição semelhante, quando se trata de discutir a situação do país à época da entrevista. Veja-se por exemplo esta passagem:

"Eu assisti a tanta coisa no Brasil, desde menino, e de repente eu vejo isso sobre o que eu tenho insistido com vocês: um país sem nenhuma idéia, com uma falta de idéias absoluta, não é? Eu vou repetir o que eu disse há três dias em Brasília: não há fatos, existem conseqüências de idéias. (...) Não há história sem antecedente dos fatos, e nós estamos com fatos quase que naturais, quer dizer, são fatos que ocorrem como coisas da natureza: tempestades, ventanias e tal, sem que você saiba das razões. E isso me preocupa imenso e me entristece. Eu acho que se houvesse no Brasil uma pequena — não era muito ambiciosa, não — uma pequena usina de idéias dentro do governo nesse momento, a situação nacional mudaria completamente." (Fita 24-A; 105)

sobre uma mesa para evitar que as letras muito apagadas desaparecessem com o tempo.⁵ As próprias biografias do pai, Afrânio de Mello Franco, e do avô da esposa, Rodrigues Alves, publicadas respectivamente em 1955 e 1973, são, segundo ele, "tipos de autobiografia".⁶ Finalmente, até seu *Amor a Roma*, ensaio histórico e cultural sobre Roma publicado em 1982, é perpassado pela "marca autobiográfica", apesar de não constituir texto autobiográfico.

A relação intrínseca entre trajetória individual e história tem sua origem, segundo o próprio Afonso Arinos, no ambiente familiar:

"Desde cedo me interessei pela história. (...) E o convívio com a história vinha do fato da minha família ser uma família política. (...) Então isso fazia com que à atmosfera da política se juntasse um pouco a história política. E isso era um ambiente ao mesmo tempo político e cultural." (Fita 1-A; 014)⁷

Não surpreende, portanto, que o primeiro volume de suas memórias se abra com a notícia do nascimento do neto, de nome Afrânio como o pai de Afonso Arinos. É como se o projeto de construção do eu autobiográfico encontrasse na família e conseqüentemente na "História" o fundamento que viabilizasse a largada sobre a folha em branco.⁸

Essa relação estreita entre autobiografia, história e tradição familiar é o que chamamos aqui a "marca autobiográfica" de Afonso Arinos: uma certeza permanente de pertencimento à "cultura" e à "história", que tem evidentemente implicações sobre a entrevista. A principal delas pode ser resumida na seguinte provocação: de que vale uma

⁵ Cf. a correspondência do casal entre os anos de 1927 e 1928, publicada no último volume das memórias de Afonso Arinos, *Diário de bolso seguido de Retrato de noiva* (1979), p.149.

⁶ "Porque a biografia do meu pai e a biografia do conselheiro Rodrigues Alves são também tipos de autobiografia. É autobiografia do ambiente vivido não só por mim como pelo avô da minha mulher e, portanto, muito ligados." (Fita 12-A; 097) E um pouco mais tarde: "Em mim a história sempre foi um pouco existencial e autobiográfica. Os livros mais importantes de história que eu tenho — as duas biografias — são autobiografias." (Fita 12-A; 345)

⁷ Veja-se ainda o início de uma entrevista concedida em março de 1978 a Lourenço Dantas Mota, Villas Boas Correa e Marçal Versiani: "A vida cultural desabrochou em mim com a própria vida. Tão longe quanto vai a minha memória, minha vida está ligada aos livros, às idéias." (Mota, 1981, p.101)

⁸ "(...) o futuro dos netos, na medida em que se ligue à imagem que de nós lhes transmitimos, confunde-se um pouco com o que fomos, isto é, com o nosso próprio passado. Daí a impressão que tive de que o nascimento dessa criança era fato que não deixava de ter certa íntima e misteriosa correspondência com a primeira página branca do caderno, aberta diante de mim." (Arinos, 1961, p.1)

entrevista de história oral com um personagem que já tornou públicas suas memórias, que já construiu e fixou sua trajetória em uma identidade e que já refletiu sobre seu "papel na história"? A resposta certamente não é simples, e em parte ela já foi dada no momento mesmo de realização da entrevista, condicionada às questões que a conjuntura política dos anos de 1982-83 tornava prementes. O que se realiza aqui no entanto é um outro movimento, aquele do retorno às fitas guardadas no acervo, passadas aquela conjuntura e as intenções imediatas de produção da entrevista. Nesse novo contexto, a pergunta permanece como pano de fundo: o que buscamos aqui, em última análise, é uma reflexão sobre a validade de entrevistas de história oral com membros das elites, ou, por outra, com homens públicos cujas histórias de vida já se fixaram em alguma forma de registro — o que, no caso de Afonso Arinos, assume dimensões excepcionais, dado aquilo que denominamos sua "marca autobiográfica". Tal reflexão implicará, no caso desta entrevista, inserir a análise em uma discussão mais ampla, que diz respeito às especificidades de um certo pensamento político liberal brasileiro, na medida em que tomamos Afonso Arinos como um seu representante.

1 - "Palavra" *versus* "ação"; "idéia" *versus* "fato"

Toda entrevista, como todo documento de maior extensão, oferece ao pesquisador diversos pontos de abordagem e é evidente que não se pode tratar de todos eles em um único texto. Este estudo do depoimento de Afonso Arinos se limita portanto a determinados temas e não esgota as possibilidades de análise da entrevista. O primeiro deles é o que se pode chamar o "tema de fundo" da entrevista, aquele que, mesmo quando não referido expressamente, dá o "tom" à fala de Afonso Arinos e ao modo como ele mesmo se apresenta. Por ser central tanto à entrevista quanto a esta análise, necessita ser abordado com vagar.

Já na primeira sessão da entrevista concedida a Aspásia Carmargo e Maria Clara Mariani aparece o que se pretende recortar aqui como objeto. Trata-se então da explicação dada por Afonso Arinos sobre sua entrada na política. Perguntado sobre como conciliou as atividades de político e de intelectual ao longo da vida, Afonso Arinos responde:

"A política em mim não era propriamente uma vocação, embora ela de certa maneira fosse um destino. Destino, eu não direi imposto, mas sugerido pelo meu irmão mais velho, Virgílio. Ele é que me induziu a participar da política pleiteando uma cadeira na Câmara dos Deputados. Até então o meu interesse pela política vinha do estudo da história e do convívio com a história, se a gente pode dizer assim. Desde cedo me interessei pela história (...). E o convívio com a história vinha do fato da minha família ser uma família política. (...) Quer dizer, eu tive uma visão desde cedo da vida política e da história política. Sem perceber, mas me criei nesse ambiente.

Agora, eu não tinha intenção de fazer política. Mas meu irmão Virgílio, que foi deputado constituinte em 34, quando se aproximaram os acontecimentos que resultaram na Constituinte de 46, ele me disse que não entraria na chapa mineira, entre os candidatos de Minas Gerais. Creio que ele tinha um pouco a consciência de sua insuficiência na tribuna. Ele era um líder extremamente forte — muito mais do que eu como líder político. Ele era um líder, realmente. Um apaixonado, sectário, bravo. Mas ele não era um homem de tribuna e ele pressentia que eu era. Porque... No colégio eu tinha sido orador... Eu briguei, acabei não falando. Eu fui eleito orador da turma no Colégio Pedro II... Enfim, ele notava em mim qualquer habilitação para isso, e achava que isso era essencial.

Coisa que hoje eu acho muita graça até — peço licença para um parêntese — acho muita graça. Há pouco tempo eu vi em uma revista de grande circulação aqui no Brasil uma reportagem sobre os intelectuais e a política, em que eu apareço junto com Carlos Lacerda como duas expressões de uma época superada — como é, dizem eles, a oratória. E no entanto não existe lugar nenhum do mundo em que haja política sem oratória. Pode haver oratória sem política, mas política sem oratória não existe." (Fita 1-A; 024)

Da citação, um tanto longa, já será possível destacar alguns elementos importantes. Em primeiro lugar, Afonso Arinos data sua entrada na política de dezembro de 1945, quando se candidatou a uma vaga à Assembléia Nacional Constituinte por Minas Gerais na legenda da UDN.⁹ Suas atividades políticas anteriores estão aquém deste marco e não são sequer mencionadas: a participação no *Manifesto dos Mineiros* (1943), na fundação da própria UDN (1945), ou ainda a atuação política necessariamente envolvida na direção dos jornais *Estado de Minas* e *Folha da Tarde*, entre 1933 e 1934, e na fundação, em 1934, junto com o irmão Virgílio, do jornal *Folha de Minas*, órgão de oposição ao governo de Benedito Valadares e a Getúlio. A julgar por suas palavras na

⁹ Nesse pleito, Afonso Arinos alcançou uma suplência que lhe permitiu assumir uma cadeira de deputado federal em 1947, na vaga aberta pela saída de Milton Campos, que assumia o governo de Minas.

entrevista, essas atividades deveriam fazer parte do período em que o interesse pela política vinha ainda do estudo da história e do ambiente familiar. E no entanto, se percorrermos o primeiro volume das memórias de Afonso Arinos, constataremos que a entrada na Câmara dos Deputados em 1947 ocupa apenas as 21 linhas finais, conforme o próprio planejamento do autor.¹⁰ É certo que os assuntos tratados nas 426 páginas restantes não se restringem à atuação política anterior a 1947: há outros temas que cabem em um livro de memórias. Mas o relato engajado daquela atuação contrasta vivamente com o tom da entrevista concedida 22 anos depois.¹¹

Voltaremos a essa questão adiante. Por ora cumpre chamar a atenção para outros elementos que ressaltam do trecho citado. A justificativa da entrada na política se sustenta basicamente em dois fatores: o irmão Virgílio, de um lado, e a habilidade para a oratória, de outro.¹² Esse padrão se repete em outras passagens da entrevista¹³ e é possível perceber que ambos os fatores vão se compondo numa relação de oposição entre as noções de "político de ação", de um lado, e "político de palavra" (ou "de oratória"), de

¹⁰ Sobre esse planejamento, cf. Arinos, 1961, p.335.

¹¹ Veja-se, por exemplo, como, em 1960, Afonso Arinos relata sua reação ao convite para assumir a direção dos jornais *Estado de Minas* e *Diário da Tarde* em 1933: "A coisa me surpreendeu. De um lado o meio regime de cura que ainda não encerrara, era motivo para que eu receasse a vida ativa, as noites forçadas, as emoções de uma *atividade política* em hora tão agitada. De outro lado o ócio forçado começava a pesar-me, a *herança política* atuava, e o *desejo de participar dos acontecimentos mineiros* não deixava de exercer forte atrativo." (Arinos, 1961, p.302; grifos meus) Ou ainda, o tom orgulhoso com que se refere à fundação da UDN, partido cujo nome, aliás, é de sua autoria: "Permitida a organização das correntes de opinião em partidos, pudemos solenizar a fundação do nosso, no dia 7 de abril de 1945, em inesquecível cerimônia realizada no auditório da Associação Brasileira de Imprensa." (id., p.412)

¹² Haveria ainda um terceiro fator — o destino —, que nesta citação aparece diluído na atuação do irmão. É possível precisar contudo que o destino de que fala Afonso Arinos é aquele dado pela tradição familiar. Assim, em outro trecho da entrevista: "O Virgílio é que me disse isso (...): 'Nós sempre temos que passar pela Câmara, sempre um de nós está na Câmara. E agora é preciso que seja você.' Ele disse isso." (Fita 13-A; 137) Veja-se, no mesmo sentido, a passagem das memórias em que Afonso Arinos reproduz a conversa com o irmão: "Virgílio (...) insistiu comigo e com o partido para que o candidato fosse eu. 'Todos nós temos de passar pelo Parlamento — disse-me ele — e *você não deve escapar a esta tradição da nossa gente*.'" (Arinos, 1961, p.418; grifo meu)

¹³ Cf. Fita 5-A; 241, e Afonso Arinos e Pedro Nava, Fita 2-A; 073. É importante notar que esse padrão não aparece com a mesma ênfase nas memórias de Afonso Arinos. Ali, o processo de entrada na política flui com mais naturalidade e não se percebe ruptura brusca entre o intelectual (o homem de letras, o estudioso da história) e o político. Há, sim, o relato da conversa com Virgílio (ver nota anterior), mas esta não adquire, no conjunto do livro, peso tão expressivo quanto na entrevista. Além disso, a habilidade oratória de Afonso Arinos aparece diluída como *um dos fatores*, e de modo algum o principal, que teriam influenciado a decisão do irmão. (cf. Arinos, 1961, p.418)

outro — noções que correspondem ao estilo político de cada um dos irmãos. Assim, ao contrário de Afonso Arinos, Virgílio seria um líder político apaixonado e bravo, ou seja, um "político de ação", e não um "homem de tribuna".

Essa diferença pode ser acompanhada em um caso concreto: a elaboração do *Manifesto dos Mineiros*, cujo relato obedece a um mesmo percurso tanto na entrevista quanto no primeiro volume das memórias. Em resumo, Afonso Arinos apresenta o caso da seguinte maneira: a *idéia* do manifesto teria sido dele próprio, mas as articulações para sua feitura ficaram todas a cargo do irmão. Na entrevista concedida a Lúcia Hippólito sobre o assunto, a diferença aparece clara:

"O Virgílio era muito mais atuante do que eu no sentido da articulação política. Eu era talvez mais sugestivo do que ele, mas ele mais atuante do que eu. Então aquilo que eu tinha imaginado como uma simples hipótese, ele se atirou como uma presa em cima daquilo, como era do temperamento dele: obstinado e destemido, com capacidade de agremiação e tal. E ele centralizou as conversas aqui. Então começaram já os passos da redação." (Afonso Arinos - Manifesto dos Mineiros, Fita 1-A; 042)¹⁴

A ausência de *ação* como característica do estilo político de Afonso Arinos ressaltava também de um trecho da entrevista em que ele contrapõe a produção de *acontecimentos políticos* à *criação literária*:

"Eu nunca produzi nenhum acontecimento político. Eu fui arrastado por eles e participei de alguns. Eu posso ter influído no desfecho de alguns, mas nunca produzi o próprio acontecimento importante político. (...) Agora, a criação literária, não. (...) Você não controla completamente a produção literária, mas é muito mais produto da gente do que o acontecimento político." (Fita 2-B; 126)

A oposição entre "político de ação" e "político de palavras" é elemento básico na entrevista; mesmo quando não aparece explicitamente, permanece subjacente à identidade que Afonso Arinos constrói de si mesmo na relação de entrevista, isto é, para si e para seus interlocutores (as entrevistadoras, o gravador, o público leitor da entrevista etc.). É como "político de palavras", como político do *parla-mento*, que ele se apresenta. Essa identidade adquire, ao longo da entrevista, desdobramentos importantes para a reflexão que aqui se pretende. Principalmente porque "político de palavras" significa,

¹⁴ Cf. também a entrevista concedida a Aspásia Camargo e Maria Clara Mariani (Fita 11-B; 190) e o primeiro volume das memórias (Arinos, 1961, p. 398).

para Afonso Arinos, um prestígio das *idéias* em detrimento dos *fatos*, um prestígio do *conhecimento* intelectual em detrimento da *informação*, de modo que a *ação* que as *palavras* possam desencadear está sempre isenta da responsabilidade dos *fatos* e da *informação*.

Mas é preciso ir por partes, pois isso não é *dito* dessa forma na entrevista. Ainda na primeira fita da entrevista concedida a Aspásia Camargo e Maria Clara Mariani, Afonso Arinos discorre sobre sua forma de "parla-mentar". Trata-se de um trecho importante porque revela como a "política de *palavras*" se opõe à informação dos *fatos*, esta última sendo especificidade da *ação*:

"A.A. - (...) Eu não tinha muito domínio sobre o que eu ia falar. Eu tinha domínio sobre o que eu estava falando — é uma coisa diferente. Eu não tinha domínio sobre o que eu ia dizer daí por diante.

A.C. - Não havia uma planificação de que o senhor tinha que dizer isso, isso e aquilo.

A.A. - Não, era muito raro. Eu nunca escrevia discurso e raramente tomava notas. Bom tempo. [risos]

A.C. - Bom, para quem se definiu mais como espectador do que como militante, eu acho que o senhor foi longe demais, não é?

A.A. - É, eu acho que talvez não tenha sido justo. Falando, eu era um militante, não agindo. Eu tinha uma certa incapacidade para a ação, pelo que ela exige de minúcia e de diligência. A ação exige minúcia e diligência. Por exemplo, mesmo os grandes líderes no Brasil — eu estou falando no Brasil —, eles têm que ter um conhecimento minucioso das circunstâncias em que os fatos estão decorrendo. Eu observei isso no Artur Bernardes, numa fase em que cheguei a freqüentá-lo mais assiduamente. Eu ficava espantado como ele conversava com várias pessoas sobre o mesmo fato, como se não tivesse ouvido as pessoas antecedentes. Então ele fazia repetir tudo aquilo que ele já sabia, para ver se havia qualquer aspecto de que ele não estivesse informado. (...) Então essa minúcia eu nunca tive. Eu sou essencialmente um homem mal-informado — outro dia eu dizia isso a um amigo. Eu não tenho informações, eu não sei das coisas que acontecem. Nunca soube. Eu sou muito mal-informado.

São duas coisas diferentes: a informação e o conhecimento. O conhecimento depende de uma sedimentação mais geral, absorvida e digerida, sei lá. E a informação é a apreensão factual. Então eu não tenho nunca informações, nunca. Uma coisa extraordinária: eu ignoro completamente os fatos. Só depois é que eu os elaboro." (Fita 1-A; 097)

E um pouco adiante:

"Até hoje eu sou muito mal-informado. Estranho, não é? O que não quer dizer que depois eu não venha a absorver, a integrar dentro de mim, os acontecimentos. Mas não quando eles estão quentes, não quando eles despertam a curiosidade. (...) Você não encontra fatos nos meus discursos. Procure. Não existem fatos, existem situações que não são factuais. Por exemplo, aquele discurso de que eu não gosto, que será publicado porque é um discurso importante... Não há um fato ali dentro a não ser a notícia de que o presidente tinha dito qualquer coisa. E eu não sabia bem o que era. Ele teria dito qualquer coisa em Minas. Mas não há fatos ali. Meus discursos não apresentam nunca fatos." (id.; 142)¹⁵

O trecho citado é novamente extenso, mas permite acompanhar as articulações entre os conceitos que aqui destacamos. Em primeiro lugar, tornou-se mais clara a oposição entre "palavra" e "ação", bem como o privilégio que Afonso Arinos confere àquela quando se refere à sua própria atuação política. Em segundo lugar, sua militância pelas palavras tem um componente irracional: não tinha domínio sobre o que ia dizer, raramente tomava notas e nunca escrevia um discurso. Finalmente, ele se diz, por natureza, mal-informado: não há fatos em seus discursos. (Ver-se-á entretanto como justamente o discurso "de que não gosta" é basicamente construído sobre *fatos e informações*.)

A diferença estabelecida entre "conhecimento" e "informação" é correlata às oposições entre "idéias" e "fatos" e entre "político de palavra" e "político de ação". Artur Bernardes era *bem-informado*, sabia dos fatos, tinha a minúcia e a diligência que a *ação* política exige. Já Afonso Arinos tinha o *conhecimento*, que depende de uma sedimentação "mais geral" e da absorção dos fatos. Que o "conhecimento" seja assim da mesma ordem das "idéias" e, portanto, oposto aos "fatos", fica claro quando se compara o trecho citado com uma das passagens da entrevista em que Afonso Arinos se ocupa do diagnóstico político a que já nos referimos acima (cf. nota 4):

"O Brasil precisa sobretudo de idéias. Eu nunca vi tantos fatos decorrerem de tão poucas idéias, como está acontecendo hoje no Brasil. É uma coisa impressionante... E no entanto a significação e a importância dos fatos decorre da significação e da importância das idéias. Quer dizer, os fatos são o sêmen das idéias que os criam." (Fita 22-A; 389)

¹⁵ O discurso a que se refere Afonso Arinos ao final desta passagem é aquele que proferiu em 13 de agosto de 1954 na Câmara dos Deputados, como líder da UDN, pedindo a renúncia de Getúlio Vargas e que foi publicado na segunda parte do livro *O intelectual e o político*, entre os 25 anexos que a compõem.

Ou seja: tanto o "conhecimento" quanto a "idéia" precedem, em importância, o "fato". As informações factuais não são nada além do que elas mesmas, enquanto que o conhecimento, isto é, a absorção e a elaboração dos fatos, é condição para o surgimento de idéias.

Já terá ficado claro o quadro de oposições sobre o qual queremos chamar a atenção aqui: de um lado, "palavra", "conhecimento" e "idéia"; de outro, "ação", "informação" e "fato". É no primeiro conjunto que Afonso Arinos situa sua atuação política e é por ele que justifica sua entrada na política. Tal ancoramento, que funda sua identidade para si e para os interlocutores, acaba legitimando a ausência dos termos do segundo conjunto na imagem que constrói de sua atuação política: é essencialmente um homem mal-informado e nunca produziu um acontecimento político importante.

Esse modelo de construção da identidade é o "tom" que predomina na entrevista como um todo. Entretanto, dado o caráter problemático das dicotomias que o fundam, a entrevista é também prova da oscilação entre os termos. Assim é que se, de um lado, Afonso Arinos retira da "palavra" o peso da *ação política*, de outro, contudo, afirma não haver política sem oratória (cf. supra). Que concepções de "política", de "palavra" e de "ação" estão afinal implicadas no pensamento de Afonso Arinos torna-se um dos problemas centrais de interpretação da entrevista. Já se pode adiantar contudo que não se buscará aqui sua solução, mesmo porque a própria entrevista não a fornece. A indefinição das noções será tomada antes como "sintoma" de um certo pensamento político liberal, em que são recorrentes os deslocamentos entre "idéias" e "fatos", entre "nomes" e aquilo que designam.

O exame dessa questão desdobrar-se-á em dois itens. O primeiro trata do modo pelo qual Afonso Arinos fala de sua atuação na UDN, partido que integrou desde a fundação (1945) até 1965, quando foi extinto pelo Ato Institucional nº 2. Verificar-se-á que a explicação de Afonso Arinos sobre seu desempenho na UDN reitera o modelo baseado na dicotomia "palavra" *versus* "ação". O segundo item é uma espécie de contraprova: trata-se de examinar o significado do discurso que Afonso Arinos proferiu na Câmara dos Deputados em 13 de agosto de 1954 pedindo a renúncia de Getúlio Vargas — discurso que, na própria entrevista, aparece como ponto nevralgico daquele modelo.

2 - Na liderança da UDN: "aquele que falava"

Maria Victoria Benevides, em seu estudo *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)* (1981), refere-se com frequência à posição de Afonso Arinos no partido: junto com Milton Campos, ele encarnaria a imagem do "bacharel liberal", situando-se entre os chamados "udenistas históricos" em oposição à ala radical da UDN carioca personificada por Carlos Lacerda. (cf. Benevides, 1981, p.114,142,260-1) Segundo Maria Victoria, é típica dos livros de e sobre Afonso Arinos e Milton Campos uma retórica da inapetência pelo poder, que se estenderia à imagem do partido como um todo. (id.,p.272-3) "Essa 'não vocação para o poder'", diz a autora, "explicaria, em parte, o apelo a candidaturas militares ou extrapartidárias, assim como a ineficiência do partido quando chega ao poder." (id.,p.272) Entretanto, lembra Maria Victoria, essa tendência não é evidentemente comum a todos os udenistas: "Os pragmáticos, os realistas, os lacerdistas, sempre perseguiram o poder." (ibid.) Nesse sentido, pode-se dizer que entre o "partido" e sua "imagem" constam necessariamente deslocamentos, o que não deve significar contudo que ambos sejam excludentes quando se trata de entender o udenismo: é a ambigüidade do partido que funda sua identidade, haja vista o subtítulo que Maria Victoria dá a seu livro.

As referências que Afonso Arinos faz à sua atuação na UDN em diferentes pontos da entrevista corroboram em grande medida a análise de Maria Victoria. Curiosamente, em uma das últimas sessões da entrevista, ele se pronuncia contra o estudo da autora e apresenta, como argumento, noções até então ausentes de seu depoimento: a mocidade, o desprendimento, a alegria da bancada, que fariam da UDN o fenômeno partidário mais importante da República.¹⁶ Mas em todo o resto da entrevista, o tom é basicamente outro: a UDN era um fenômeno estranho, um partido de "energúmenos" e "insensatos", não

¹⁶ "Olhando à distância eu acho que a União Democrática Nacional foi o fenômeno partidário mais importante que houve na República. A gente compreende... Porque tem uma senhora lá de São Paulo que fez uma tese sobre a UDN; não gosta da UDN. (...) Ela não gosta. Eu acho que ela está no direito dela e tal. Mas é incompleta a análise: há uma parte de mocidade, de confiança, de alegria... Eu me lembro do negócio como era. (...) Então eu me lembro do que era aquele impulso de desprendimento e de alegria, de agressividade, de solidariedade, de oratória, de tribuna... Era uma coisa que nunca houve no Brasil. Eu sou historiador e tenho me preocupado com a história da República; nunca vi uma coisa assim." (Fita 25-A; 249)

havia projeto político nem se fazia política.¹⁷ A diferença pode ser explicada mais uma vez pela ambigüidade, que permitiria criticar e ao mesmo tempo se engajar no partido, mas o importante é que ela revela que, por mais que Afonso Arinos se apresente como *afastado* do partido (e dos anseios de poder), sua identidade política não prescinde do *pertencimento* à UDN.

O que se quer ressaltar neste item é a continuidade temática com os elementos destacados no item anterior. Se Maria Victoria situa Afonso Arinos dentro do partido como "udenista histórico", "bacharel" ou ainda membro do grupo de "reputados 'liberais'" (Benevides, 1981, p. 114, 142, 260-1), a definição dada por Afonso Arinos alarga esse escopo corroborando o quadro de oposições referido acima: "o que eu era", diz ele, "era o homem que falava". Assim, todo seu desempenho parlamentar, inclusive como líder da bancada da UDN ao longo de sete anos, será marcado pelos mesmos fatores que fundaram seu ingresso na política: a habilidade da palavra, de um lado, e a falta de informação e de ação política, de outro.¹⁸

¹⁷ Algumas passagens que se espalham ao longo da entrevista podem dar conta desse tom. Assim, por exemplo, o liberalismo político da UDN "representava talvez mais uma resistência à ditadura do que um compromisso com a ação do próprio partido se estivesse no poder". (Fita 1-B; 174) E, no mesmo sentido: "Olha, eu vou dizer uma coisa um pouco arriscada; parece complicado mas não é: a UDN era mais contra a ditadura do que a favor da liberdade. Porque onde ela se implantava, ela se impunha". (id.; 238) Confrontando-se essas afirmações com algumas passagens do livro de Maria Victoria verifica-se que o diagnóstico nos dois casos é semelhante: "a UDN é progressista no que se opõe, reacionária no que se propõe", escreve duas vezes Maria Victoria. (Benevides, 1981, p. 250, 281) Ou ainda: "A reação a alguma coisa, a rejeição do getulismo, torna-se a fixação udenista e o corolário de seu liberalismo." (id., p. 250) E Afonso Arinos, na entrevista sobre o *Manifesto dos Mineiros*, sintetiza: "O grande defeito da UDN é que ela não queria governar; ela queria combater os governos, entende? Eu por exemplo nunca tive nenhuma inclinação a ser governo, eu sentia inclinação para espinafrear o governo." (Afonso Arinos -Manifesto dos Mineiros, Fita 1-A; 234) Finalmente, o caráter ambíguo do partido também aparece na entrevista em seguida a um comentário de Aspásia Camargo sobre o fato de vários membros da UDN (Eduardo Gomes, Prado Kelly, Clemente Mariani, Milton Campos) não terem muito gosto pela política. Perguntado se isso não teria sido comum ao partido, Afonso Arinos responde: "É, isso mesmo. E no entanto com grande paixão pela política, isso é que é estranho, porque eles não faziam outra coisa. *Só que não faziam essa coisa*. [risos]" (Fita 10-A; 310; grifo meu) (Sobre os adjetivos "energúmenos" e "insensatos" aplicados aos colegas de bancada, cf. Fita 14-B; 186.)

¹⁸ Cabe notar que essa forma de apresentação de sua atuação parlamentar contrasta novamente com o texto de suas memórias, desta vez o segundo volume, que se abre em 1947 e se encerra com a vitória de Jânio Quadros na eleição presidencial de 1960, cobrindo portanto todo período de atividade parlamentar de Afonso Arinos antes de assumir o Ministério das Relações Exteriores no governo Jânio. Este segundo volume foi escrito entre dezembro de 1961 e maio de 1965, ano em que foi publicado, e seu tom é acentuadamente informativo e testemunhal. Ele contém descrições de acontecimentos, análises de decisões tomadas pelo partido, testemunhos de fatos e

É interessante observar que essa postura de afastamento das *ações* do partido coincide com uma visão da própria UDN como partido que, ele mesmo, não tinha projeto político que orientasse as decisões. Se Afonso Arinos era "aquele que falava" dentro do partido, *aquilo* que falava aparece freqüentemente desprovido de *significação*. Assim por exemplo:

"A.A. - Eu tive desde logo a percepção do que eu representava dentro do partido. Eu representava dentro do partido um camarada que não tinha nenhuma influência nas decisões propriamente políticas e que era um ornamento de tribuna. Eu era um homem para falar as coisas, sabe? Eu era isso. Por isso é que eu fiquei na liderança sete anos. Ninguém me tirava da liderança.

A.C. - Mas as grandes decisões, não era o senhor que tomava?

A.A. - Não.

A.C. - Quem é que tomava?

A.A. - Ninguém. Eu acho que ninguém. (...) A segunda candidatura do Brigadeiro por exemplo é uma coisa estranhíssima. (...) Nós estávamos muito resistentes ao negócio da segunda candidatura do Brigadeiro. Nós achávamos um desastre. Um grupo lá: eu, o Artur Santos e uns outros tantos. Mas era inevitável. (...) E o próprio Brigadeiro não queria muito não, sabe? Era uma coisa muito complicada aquele negócio da UDN. Era muito estranho aquilo, sabe? Muito estranho.

A.C. - Mas a impressão que se tem é que não havia outro candidato.

A.A. - Pois é, precisava sempre de um para perder, não é?

A.C. - Era uma espécie de coisa quase psicanalítica: a vocação da...

A.A. - Da derrota.

A.C. - Com o Getúlio para ganhar, não é?

A.A. - Com o Getúlio para ganhar. Getúlio só perdeu quando a coisa ficou na paixão do Carlos e na minha oratória. Foi isto." (Fita 10-A; 344)

Ou seja: se Afonso Arinos não tinha influência nas decisões políticas — o que, para ele, significa ser apenas o homem "para falar as coisas" —, também não havia quem tomasse as decisões. Curiosamente entretanto, foram suas *palavras*, e a paixão de Lacerda, que consubstanciaram uma das *ações* mais relevantes do partido: o xeque-mate a Getúlio em 1954.

perfil de parlamentares, além de discursos transcritos, cartas, telegramas, poemas etc. Em suma, nele há muito mais *o que informar* do que transparece da postura de afastamento que predomina na entrevista.

Outra passagem reproduz uma conversa com Aliomar Baleeiro. De um lado, ela ilustra mais uma vez a importância da oposição entre "palavra" e "ação" na forma como Afonso Arinos apresenta sua atuação política; de outro, ela reforça a visão da UDN como partido desprovido de *posições políticas*.

"Eu me salvava pelas palavras, não pelas ações. Eu sempre predominava pelas palavras. Então, uma vez, discutindo com Baleeiro, que queria me expulsar da liderança porque me achava muito morno... E eu tinha certeza de que ele não conseguia. Bastava botar em votação a proposta dele. Eu diria: 'O Baleeiro está querendo que eu saia. Então eu quero que a bancada vote. Se a bancada aprovar, eu saio.' Mas eu não queria fazer isso, porque era humilhar o Baleeiro, de quem eu gostava muito. (...) Então eu disse assim: 'O líder não *imprime* posições; o líder *exprime*. Então, se vocês não têm posições, a culpa não é minha. Eu continuo captando, procurando essas posições. Eu não consigo exprimir uma coisa que não existe.' (...) Então, diante dessas palavras — porque o que o convenceu foram essas palavras..." (Fita 1-B; 273)

Finalmente, Afonso Arinos justifica seu papel dentro da UDN ("aquele que falava") por uma postura de afastamento dos grupos que integravam o partido. Trata-se aqui de um trecho da mesa-redonda de 8.2.1983:

"A.A. - O meu partido tinha reservas a meu respeito, dos dois lados: havia os radicais mais exaltados que me achavam morno — como dizia Aliomar Baleeiro, que acabamos numa grande amizade, mas também tivemos vários atritos... (...) E ao mesmo tempo eu não era muito bem aceito pelo outro extremo da bancada, que era o extremo colaboracionista, porque eu era anticolaboracionista. Então, como eu não era nem exaltado nem colaboracionista, eu não era mesmo uma influência política dentro do parlamento. *O que eu era era o homem que falava*. Isso eu sempre fui. Então eles precisavam de mim porque queriam que eu falasse. E quando se colocava o problema da minha autoridade, então eu falava. E quando eu falava, eu ganhava deles. E isso faz com que eu insista na minha posição de que eu nunca fui senão um observador bem situado. Eu era um homem que tinha uma boa posição no Maracanã. Mas nunca fiz fila para entrar... Um dos debatedores sugere - Então se a gente pudesse levar essa comparação mais longe, o senhor era o homem que fazia o gol. [risos]
A.A. - Dependendo do jogo, dependendo do tipo do jogo. Infelizmente eu tive ocasiões em que eu fiz alguns de que me desgosto até hoje. Inclusive o tal gol de 54 que vocês todos acham importante — aquele discurso. Eu

não gosto nada daquilo. Tenho repetido muitas vezes isso. Eu disse para a Aspásia: nunca ouvi."¹⁹ (Fita 13-A; 345; grifo meu)

Ser "aquele que falava" significa portanto não ter compromissos com os setores partidários, como se o "observador bem situado" pairasse acima do jogo de influências políticas, dos "fatos" de dentro do parlamento, sustentado pelo dom da palavra, pelo qual "ganhava deles". Que esse modelo implicasse ainda a ausência de *informação* é elemento recorrente na entrevista. Assim, por exemplo, perguntado pela ligação da UDN com os militares, Afonso Arinos responde:

"A.A. - Mas eu nunca tive muita informação da parte militar; isso era uma coisa que... É por isso que eu digo: eu nunca fui muito bem-informado. Eu, por natureza, sou um sujeito mal-informado. Outro dia perguntei quando era o dia da eleição na Academia, os sujeitos começaram a rir. (...) Eu não sou curioso dos fatos, não tenho curiosidade sobre os fatos. *Les événements m'ennuient* [risos] — tem aquela frase do...

A.C. - O senhor se interessa pelos processos, não é?

A.A. - É, pelos problemas, pelas realizações, pelas pessoas. Mas os fatos..." (Fita 16-B; 217)

Outro trecho da entrevista reitera a correlação entre, de um lado, sua função na UDN — "aquele que falava" —, e, de outro, a *ausência* de informação e de compromissos políticos dentro do partido, como se "falar" o eximisse de responsabilidades diretas com os "fatos". O assunto é novamente a ligação com os militares:

"A.C. - Uma facção da UDN começou então a trabalhar intensamente essa idéia de aliança com os militares. Como o senhor reagiu a essa tendência?

A.A. - Eu notava isso, observava isso, mas eu não estava solicitado pelos companheiros que tinham essa opção, ou que preferiam essa solução. Eu nunca conspirei com os militares. Nunca. Eu sempre via que eles estavam fazendo isso, mas como sempre eu ficava... (...) Como eu estou dizendo a você: eu sempre fui um sujeito que eles mandavam para falar. [risos]" (Fita 14-B; 105)²⁰

¹⁹ O discurso de 13.8.1954 está gravado em disco.

²⁰ Veja-se, no mesmo sentido, o seguinte trecho da entrevista, em que o assunto é a tese da maioria absoluta defendida pela UDN após a eleição de Juscelino Kubitschek:

"A.C. - Mas o senhor defendeu a tese da maioria absoluta.

A.A. - Eu?

A.C. - É.

A.A. - Não diga.

A.C. - O senhor defendeu, o senhor foi a pessoa que encaminhou na Câmara a tese da maioria absoluta depois da eleição de Juscelino.

Foi dito acima que *aquilo* sobre que falava Afonso Arinos muitas vezes aparece desprovido de *significação*. Essa afirmação decorre não apenas da "ausência de uma linha partidária nítida",²¹ como destaca o próprio Afonso Arinos (*ninguém* tomava as decisões; não era possível exprimir posições inexistentes etc.), mas de uma espécie de apagamento da responsabilidade de *autoria* das palavras: se Afonso Arinos era "aquele que falava", *aquilo* sobre que falava podia ou não ser de sua "autoria". Quando *não* era de sua autoria, falava como porta-voz do partido; quando *era* de sua autoria, muitas vezes perdia o controle sobre o que estava falando, como já foi observado acima.

O caráter indefinido da autoria do discurso aparece bastante claro na passagem abaixo, em que se alternam expressões como "eles manda[vam] falar" e "eu dizia o que queria". Perguntado se, na questão do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, a UDN agiu a pedido de Eduardo Gomes, Afonso Arinos responde:

"Não digo que tenha sido a pedido, mas... Essa parte eu não sei. Porque eu nunca dirigi o partido. Eu sempre fui na UDN o sujeito que fala, que *eles mandam falar*. Então eu ia para a tribuna. Eles não me dirigiam o que eu ia falar. Mas eu servia... para falar. Eu nunca fui dirigente do partido, não tive nunca nenhuma influência na direção. É claro que eu nunca me subordinei a eles, não é? Eles quiseram mais de uma vez tirar a minha liderança, houve grupos que quiseram me tirar da liderança em certos momentos. Aí a bancada reagia. Mas reagia porque eu era o homem que falava. Eles me mandavam para a tribuna. E eu lá me servia. *Eu dizia o que queria*." (Fita 25-B; 369; grifos meus)

O que ressalta de todo esse conjunto de citações é, em primeiro lugar, a confirmação do modelo discutido no item anterior, através do qual Afonso Arinos constrói uma visão de si mesmo e de sua atuação política, para si e para seus interlocutores. Ser "aquele que falava" na UDN significava estar acima dos interesses políticos imediatos responsáveis pelas *ações* do partido, e suficientemente *mal-informado* para adotar uma postura de afastamento. O único momento em que tal padrão parece oferecer dificuldades é o discurso de 13.8.1954 pedindo a renúncia de Getúlio Vargas.

A.A. - Então me mandaram fazer isso. Eu não acreditava, não." (Fita 14-B; 178)

²¹ A expressão é tomada de empréstimo a Maria Victoria Benevides, que com ela cunha a "hipótese que se repete monotonamente" em seu estudo da UDN. (cf. Benevides, 1981, p.206)

Neste, as *palavras* se transformam em *ação*, não só "derrubam o governo", como desembocam em um ato trágico — o suicídio de Vargas —, onde emudecem em sentido.

Antes, porém, de nos ocuparmos desse tema, é necessário destacar algumas conclusões que decorrem da investigação desenvolvida até aqui. São basicamente duas.

A primeira retoma a pergunta de fundo deste texto sobre a validade de entrevistas de história oral com pessoas que já deixaram registro escrito de suas histórias de vida. Notou-se em diversos momentos da discussão acima que a forma como Afonso Arinos explica sua trajetória política na entrevista é bastante diferente daquela que se pode encontrar em suas memórias, principalmente nos dois primeiros volumes. Grosso modo, pode-se dizer que a uma postura de *afastamento* da política, na entrevista, se contrapõe uma postura de *engajamento*, nas memórias. Isso significa, em primeiro lugar, que a entrevista *não repete* o texto autobiográfico: trata-se, em ambos os casos, de dois registros distintos produzidos em momentos também distintos. E é na diferença entre os momentos de constituição dos dois registros que cabe procurar uma explicação para aquela mudança de postura.

As datas de publicação dos dois volumes de memória (1961 e 1965) são marcadas por uma conjuntura favorável para a UDN na evolução dos acontecimentos políticos no país. Em 1961 essa conjuntura é clara: depois de três campanhas eleitorais sucessivas em que a UDN perdeu para os candidatos da aliança PSD-PTB (Dutra, Getúlio e Juscelino), essa é a primeira vez em que o partido assume a presidência da República com a vitória de Jânio Quadros nas eleições de 1960. O ano de 1965 representa novamente uma situação favorável, após o interregno causado pela renúncia de Jânio e o governo Jango, na medida em que a intervenção militar de 1964 era tida como solução necessária para a crise do país. No dizer de Maria Victoria Benevides: "Em 1964 a UDN considerava-se o partido vitorioso. Consolidava a sempre perseguida ascensão ao poder em aliança com os militares, na conjugação quase perfeita do antigetulismo com o anticomunismo." (Benevides, 1981, p. 281)²²

²² Isso não significa entretanto, ainda segundo Maria Victoria, que o autoritarismo udenista tivesse um caráter fascista: sua ineficiência ao assumir o poder é manifesta nos governos Café Filho, Jânio Quadros e Castello Branco, nos quais o partido se considerava "no poder", mas, nas palavras da autora, "permanecia inoperante em termos reais do processo decisório". (ibid.)

Entre 1965 e 1982, ano do início da entrevista concedida ao CPDOC, o quadro mudaria significativamente, não só do ponto de vista político mas também pessoal — lembre-se que Afonso Arinos contava 77 anos em 1982, contra os 53 que tinha ao iniciar suas memórias.²³ Entre um momento e outro dá-se o que Maria Victoria Benevides chama de "fase de autocrítica", posterior ao governo Castelo Branco e que marca o afastamento gradual de setores da UDN do sistema militar. (cf. Benevides, 1981,p.133) Em entrevista concedida em março de 1978 e citada por Maria Victoria, Afonso Arinos afirmaria: "Eu estava fora da Revolução, embora a par dela. Estava alheio ao movimento e tinha muito receio com relação a muitas coisas que acabaram acontecendo." (Mota,1981,p.110)

Nesse sentido, pode-se dizer que, ao contrário das memórias, o momento de realização da entrevista concedida ao CPDOC é aquele em que o projeto político de Afonso Arinos não é mais vitorioso. Isso não significa que ambos os registros sejam excludentes, que um seja "mais autêntico" do que o outro, ou ainda que ambos sejam basicamente "falsos" por constituírem apenas "versões" do que aconteceu "de fato". É sabido que a produção de qualquer documento é condicionada pelo contexto em que foi produzido, e não é por isso que existirão documentos "mais falsos" ou "mais verdadeiros" que outros. O importante a ressaltar aqui é que, apesar de Afonso Arinos já haver concluído, com suas memórias, um projeto de construção da própria identidade, a entrevista revela, finalmente, que tal projeto é, ele mesmo, contingente — o que não quer dizer, de modo algum, que ele tenha perdido sua "validade" de construção autobiográfica, como, aliás, o próprio Afonso Arinos indica ao eleger suas memórias como obra sua predileta.²⁴

A segunda conclusão que se pretende destacar aqui diz respeito à forma como Afonso Arinos fala de seu papel na UDN e da atuação do próprio partido. Costuma-se dizer que o trabalho com a história oral envolve basicamente o estudo de *versões* sobre o

²³ No que diz respeito às mudanças de cunho pessoal, cabe notar que a postura de afastamento *da política* predominante na entrevista é compensada por um engajamento *no campo intelectual*, preferência que Afonso Arinos atribui à proximidade da morte:

"Quando a gente se sente realmente idoso (...), a gente vai atribuindo muito mais importância ao que Deus te deu de perdurar através do espírito. Então isso vai dando uma importância muito maior à possibilidade de escrever um novo livro do que à de ser governador da minha terra — a gente dá muito mais importância. Porque eu sei que ser governador é uma coisa que dura poucos anos e acaba comigo, ao passo que escrever um livro pode durar mais." (Fita 3-A; 219)

²⁴ Cf. Afonso Arinos e Pedro Nava, Fita 2-A; 254.

passado. O que queremos acentuar aqui é o caráter *real* dessas "versões", muitas vezes confundidas com "distorções da realidade". A "versão" de Afonso Arinos sobre sua atuação na UDN e sobre o próprio partido não é aqui uma simples "criação" do entrevistado. Ao contrário: ela *depõe* sobre a UDN e sobre o udenismo, sobre as contradições e ambigüidades do liberalismo brasileiro, conforme já destacava Maria Victoria Benevides.

Em seu estudo, Maria Victoria analisa o legado da tradição liberal brasileira de que a UDN se dizia "legítima herdeira" (cf. Benevides, 1981, p. 241-ss) e conclui que "as raízes históricas do liberalismo inspirador já continham toda a carga de ambigüidades e contradições" que se verificariam no próprio udenismo. (id., p. 251) Roberto Schwarz, para designar essas ambigüidades, cunharia a expressão "As idéias fora do lugar", título de seu conhecido ensaio, também citado por Maria Victoria. Deste ensaio, importa-nos reter uma proposição básica: reconhecer o enviesamento a que as "idéias liberais" foram submetidas no mundo do escravismo e do "favor" não implica, segundo Schwarz, limitar-se à sua "falsidade"; mais vale acompanhar o enviesamento e reconhecê-lo como "verdadeiro":

"Em resumo, as idéias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis. Foram postas numa constelação especial, uma constelação prática, a qual formou sistema e não deixaria de afetá-las. Por isso, pouco ajuda insistir na sua clara falsidade. *Mais interessante é acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira.*" (Schwarz, 1981, p. 22; grifo meu)

Ou seja: se as idéias foram colocadas "fora do lugar", isso não retira dos deslocamentos seu caráter de *realidade*, nem tampouco retira-o da "utilização imprópria dos nomes", que, para Schwarz, é a *natureza* daqueles deslocamentos.²⁵

Nesse sentido, quando identificamos na entrevista de Afonso Arinos enviesamentos entre, de um lado, a "idéia" de partido e, de outro, aquilo que ele fala da UDN e de seu papel como líder, isso não significa que a UDN tal como a apresenta seja uma "falsidade". Se a UDN parece às vezes um partido que não era partido e se no próprio pensamento de Afonso Arinos não está sempre claro por que fazia parte de tal

²⁵ "Conhecer o Brasil era saber destes deslocamentos, vividos e praticados por todos como uma espécie de fatalidade, para os quais, entretanto, não havia nome, pois a utilização imprópria dos nomes era a sua natureza." (Schwarz, 1981, p. 22)

agremiação, esses deslocamentos remontam a uma certa formação das elites brasileiras (intelectuais e políticas), que faz com que a entrevista nos informe, sim, sobre o liberalismo brasileiro e o udenismo, na exata medida em que Afonso Arinos é expoente tanto de um quanto de outro.

3 - O discurso de 13 de agosto de 1954

Já se notou acima como o discurso de 1954 pedindo a renúncia de Getúlio Vargas é uma espécie de calcanhar de Aquiles no modelo de explicação que Afonso Arinos dá de sua atuação política: com ele, as *palavras* se transformaram em *ação* e passaram a fazer parte, de maneira irreversível, de um drama trágico da história do país, de modo que se tornou impossível escapar a seus efeitos. Até 1985, nas comemorações de seu 80º aniversário, Afonso Arinos declararia em entrevistas à imprensa arrepender-se do discurso.²⁶ E na entrevista concedida ao CPDOC, fornece a dimensão exata daquela irreversibilidade quando, referindo-se à crise de 1954, comenta: "Eu não sei, eu pensei que não sobrevivesse muito tempo." (Fita 14-A; 337) Ou seja: o que está em jogo nesse caso não é apenas a queda de um presidente, mas sua morte trágica, da qual só seria possível escapar "não sobrevivendo por muito tempo". Nesse sentido, não é difícil compreender por que o discurso de 13 de agosto causa tanto pesar a Afonso Arinos.²⁷

Alguns trechos da entrevista podem dar conta do que foi, na visão de Afonso Arinos, aquela inversão das palavras em ação. Notar-se-á neles a repetição de noções já discutidas anteriormente, como a falta de controle sobre as palavras e o fato de estar mal-

²⁶ Cf. *O Globo*, 24.11.1985, e *Folha de São Paulo*, 27.11.1985.

²⁷ Numa passagem da entrevista em que Afonso Arinos mais se expõe sobre esse assunto, é possível verificar como o suicídio de Vargas teve para ele implicações pessoais:

"Aquilo foi para mim também um trauma pessoal, sabe? Foi um trauma pessoal. Porque eu senti de repente a participação que nós tínhamos tido, não é, naquele episódio todo. Quer dizer, era uma coisa muito difícil. Quando eu soube da morte dele eu tive um sentimento terrível porque... Aí é que está a coisa. Eu nunca disse — vou dizer agora pela primeira vez: eu pensei no meu pai. Aqueles filhos, aquilo tudo... Eu pensei: se meu pai tivesse tido um fim assim, não é? — eu fui muito ligado a ele. Isso teve para mim um choque danado, sabe? (...) Porque eu me lembrei dos filhos dele. E era só essa idéia que eu tinha, não é? Ele ficou acuado como um cão dentro daquele palácio; todos aqueles lobos atacando, atacando... (...) Até que ele se mata lá dentro. Isso me desgostou, me deu um enjôo, eu não... Não sei, é muito difícil, foi uma coisa..." (Fita 16-A; 081)

informado. É possível dizer que, para Afonso Arinos, o discurso de 1954 se transformou em *ação* à revelia dele mesmo. Assim, por exemplo:

"A.C. - Quer dizer: a coisa [da UDN] era oposição mesmo, que era derrubar Getúlio.

A.A. - Exatamente.

A.C. - Por isso é que foi talvez a ação na qual a UDN foi mais unívoca e mais efetiva historicamente.

A.A. - É. E eu, da minha parte, eu entrei naquilo um pouco sem perceber. É o tal negócio: não estava informado.

A.C. - O que o senhor quer dizer com isso?

A.A. - Porque aquele discurso, eu não podia prever o desfecho. Eu não estava sabendo o que podia acontecer daquilo. E eles estavam.²⁸

A.C. - O senhor acha que o senhor pode ter sido usado?

A.A. - Não chegaria nesse ponto, mas aproveitado. Porque quando eu desci da tribuna, o Pereira Lima (...) me abraçou e disse: 'Você derrubou o governo.' Eu fiquei espantadíssimo. Eu fiquei assim sem saber quando ele me disse 'Você derrubou o governo'. E aí essa coisa foi embora. Eu não digo que tenha sido só aquele... [o discurso]

A.C. - O senhor não tinha o controle do cenário.

A.A. - Nada, nada. E o Capanema também não tinha, não. O Capanema é como eu: o Capanema é mal-informado. [risos]" (Fita 1-B; 329)

Ou ainda:

"A.C. - Essa trama toda pessoal que envolveu o Getúlio, como se poderia avaliar isso hoje?

A.A. - É uma fatalidade. A história está cheia desses mistérios. Quer dizer, são movimentos de alma muito profundos, movimentos psicológicos... É uma fatalidade. O fato em si, o país todo estava vítima de um transe terrível. Olha, no dia em que eu fiz o discurso, eu embarquei para Belo Horizonte — um pouco para fugir da atmosfera do discurso. Porque quando eu desci da tribuna, o Pereira Lima... (...) Ele me abraçou chorando, soluçando: 'Você derrubou o governo e tal.' Eu saí com uma impressão muito desagradável.

A.C. - Porque não era isso que o senhor queria?

A.A. - Eu não me dominei. Foi uma das raras vezes em que eu perdi o controle completamente. Eu ouvia o que eu estava dizendo como se fosse uma outra pessoa que estivesse falando, entende?" (Fita 14-A; 269)

²⁸ É comum, na entrevista, que Afonso Arinos utilize o pronome "eles" quando quer marcar uma posição diversa da de seus companheiros de partido: "eles mandavam falar", "eles estavam sabendo" etc. Nessas ocasiões, o pronome pessoal acaba fazendo as vezes de "indefinido".

E finalmente:

"A.C. - [Após uma referência de Afonso Arinos à tentativa de Aliomar Baleeiro de retirá-lo da liderança da UDN, Aspásia Camargo pergunta.] Mas quando o senhor fez o famoso discurso pedindo a renúncia, o senhor acha que fez isso em nome deles, nesse caso? Atendendo aos desejos desse grupo mais radical?

A.A. - Não. Aquilo é resultado de uma coisa que me agravou muito: é que ele nos chamou de mentirosos lá em Minas. Eu falei mais do que eu queria.

A.C. - Quando ele foi à Mannesmann?

A.A. - É, aquilo é uma resposta. Todo mundo já esqueceu. Ele disse que nós estávamos mentindo.

A.C. - Quer dizer, mentira, o atentado?

A.A. - E a urdidura, e as conseqüências; enfim, que o panorama que nós tínhamos criado era uma grande mentira. E aquilo... Eu fiquei danado da vida. Mas ali — e eu digo isso na *Alma do tempo*, se eu não estou enganado — eu falei mais do que eu queria, eu não me contive. Primeira vez que eu não tive nenhum controle. (...) Eu não podia me controlar, a ponto de eu ouvir minha voz como se fosse uma outra pessoa. Eu tive uma espécie de histeria, sabe? Foi uma coisa incrível.

A.C. - O que o senhor quis dizer quando disse que estava mal-informado? (...) Que o senhor não sabia que aquele discurso ia provocar o que provocou...?

A.A. - Eu não sabia. Quem me disse que o discurso... foi o Pereira Lima. Quando eu desci da tribuna, assim meio estonteado (...), o Pereira Lima (...) me abraçou assim muito comovido e me disse: 'Você derrubou o governo.' Eu disse: 'Ah, não derrubei, que besteira e tal.' E ele: 'Derrubou o governo. O governo não resiste a esse discurso.' Ele me disse isso. E aí quando eu... Nós embarcamos nessa noite para Belo Horizonte. Não tivemos repercussão nenhuma do discurso. (...) Quando nós chegamos em casa encontramos um bilhete do Francisco, dizendo que tinha recebido telefonemas durante toda a noite, a começar por Eduardo, que não falava com ninguém. (...) Então Eduardo telefonou lá pra casa, enfim, estava um entusiasmo danado, estava todo aquele pessoal, compreende? Aquela rapaziada toda da Aeronáutica e tal. E eu não tinha idéia de que ia acontecer isso, não tinha idéia." (Fita 16-B; 141-202)

Destacam-se desses relatos alguns elementos importantes. Em primeiro lugar, a transformação do discurso em ação ("você derrubou o governo") foi *comunicada* a Afonso Arinos: por Pereira Lima, por Eduardo Gomes, pelos telefonemas etc. Neste contexto, estar "mal-informado" significa não saber dos *efeitos do discurso* — matéria que parece ser antes da ordem do *conhecimento* (dos processos, dos problemas, da

elaboração dos fatos) do que da *informação factual*, se recapitularmos a distinção feita pelo próprio entrevistado. O motor do discurso, ao contrário, é de ordem *factual*: o fato, que "todo mundo já esqueceu", de Getúlio ter chamado a ele e a seus companheiros de mentirosos. Nesse sentido, pode-se dizer que à transformação de "palavra" em "ação" corresponde uma inversão entre "conhecimento" e "informação" — como se os conceitos utilizados por Afonso Arinos para definir sua trajetória política estivessem "fora do lugar" no momento em que trata desse *acontecimento* crucial de sua vida parlamentar.

Finalmente, o problema da *autoria* do discurso se repete nos relatos transcritos acima. Desta vez, Afonso Arinos não foi "mandado falar" (apesar de ter sido "aproveitado"), mas tampouco tinha o controle sobre o que dizia: "aquele que falava" não era nem o "porta-voz", nem "ele mesmo", e sim "como se fosse outra pessoa". Um componente irracional, uma "espécie de histeria", explica afinal a origem de uma ação feita à revelia do ator.²⁹

O que foi, pois, esse discurso, motor de tamanha perturbação no modelo de atuação política construído por Afonso Arinos? Em que consistiram suas palavras, a que todos reconheceram a força de uma ação irreversível? Qual foi esse ponto alto da carreira parlamentar de Afonso Arinos, abortado logo a seguir por um ato mais radical, aquele que é certamente *mais ato* do que qualquer outro, capaz de emudecer o primeiro?

²⁹ Cabe notar que, nas memórias de Afonso Arinos, o relato desse acontecimento-chave de sua vida parlamentar não se afasta muito, do ponto de vista do "roteiro", daquele que faz na entrevista. A ênfase é certamente outra, mas o relato percorre os mesmos itens: a repercussão do discurso, o desgosto em relação a ele, o descontrole e finalmente a "comunicação" feita por Pereira Lima. O relato se inicia com uma qualificação do discurso: "o mais conhecido discurso que proferi em todos os meus longos anos de Congresso". E prossegue: "Ainda hoje não é raro que me falem dele, como sendo o meu momento culminante na tribuna. A Rádio Globo, ao retransmiti-lo à noite, espalhou por todo o país uma vaga de emoção. (...) Gravado em disco, ainda hoje há quem o possua com a minha própria voz. Não eu, que o não tenho e nunca o ouvi. Devo confessar, mesmo, que não gostaria de ouvi-lo. Ao relê-lo ainda sinto o sabor acre e triste daqueles dias de paixão e medo; de incerteza e aventura. Revejo o plenário da Câmara como que transido, enquanto da tribuna (...) eu atirava aquela catadupa de palavras inflamadas que não conseguia conter. Realmente eu me sentia — lembro-me perfeitamente disso — presa de uma estranha sensação. No silêncio da grande sala minhas palavras se despenhavam e eu as ouvia, recebia-lhes o eco, como se fossem de um outro; de alguém que não eu, que estivesse falando dentro de mim." (Arinos, 1965, p. 326) E adiante: "Lembro-me de que desci meio atordoado, mal ouvindo as palmas que me saudavam (...). Só tive noção exata do impacto que acabara de causar quando percebi que o emotivo, o corajoso deputado paulista Pereira Lima me abraçou chorando. Logo depois um outro acercou-se e me disse: 'Você derrubou o governo.' Muito tempo depois, Café Filho e Gustavo Capanema disseram-me o mesmo: 'Seu discurso derrubou o governo.'" (id., p. 333-4)

"Mas, que é a verdade?" é o título do discurso — frase emprestada a Pôncio Pilatos, conforme o próprio Afonso Arinos. Não é a "verdade filosófica" que importa a ele no discurso, mas curiosamente a verdade *dos fatos*. "Não há fatos em meus discursos", dizia na entrevista (cf. supra), mas este de 13 de agosto se constrói sobre eles. Assim, se Getúlio os chamou de mentirosos, pergunta:

"Será mentira a viuvez, o crime, a morte, a orfandade? (...) Será mentira o sangue que rolou na sarjeta da Rua Toneleros? (...) Será mentira que o país tenha assistido, de algum tempo a esta parte, aos mais graves abalos em sua vida e em sua honra? Será mentira o inquérito de 'Última Hora'? Será mentira o inquérito da Carteira de Exportação? (...) Será mentira tudo isso? Estaremos nós vivendo num meio de realidades ou de sonhos? Ou será ele o grande mentiroso, ou será ele o grande enganado ou será ele o pai supremo da fantasmagoria e da falsidade?" (Arinos, 1954, p.256)

Em seguida, declarando não tencionar perder-se "em referências a fatos conhecidos", define o espectro de seus objetivos: "Procurei, apenas, com base em *circunstâncias de fatos irrecusáveis*, colocar perante a Nação (...) os mais recentes aspectos dessa vergonhosa situação." (id., p.257; grifo meu) O discurso transforma-se então em relato das informações obtidas em conversa com Adauto Lúcio Cardoso e Pompeu de Sousa, que teriam solicitado a Afonso Arinos que transmitisse à Câmara o resultado das investigações da véspera. Assim, por exemplo:

"O que posso assegurar à Câmara com absoluta certeza (...) é estar inteiramente provado (...) que antes de as Forças Militares (...) terem descoberto o nome do último dos criminosos envolvidos neste assunto, já a guarda do presidente da República, pressentindo que ele seria afinal, preso, lhe dava fuga oficialmente e tomava a iniciativa de protegê-lo com essa fuga. Isso ficou fora de dúvida. (...) O que há de positivo, o que há de concreto, o que há de seguro (...), o que há de irretorquível é que a guarda do Palácio (...) sabia do crime, participava do crime (...) e tomou todas as providências para tornar impunes os criminosos (...)." (id., p.257)

"Esta é a verdade", conclui em seguida, para prosseguir logo adiante com informações detalhadas sobre o esquema da fuga.

São os *fatos* portanto que constróem o discurso e que fazem Afonso Arinos se destacar entre os parlamentares por se achar, neste momento, *bem-informado* — tanto assim que é incumbido de *transmitir* as informações. Além disso, é à verdade dos fatos que o discurso se atém:

"Evidentemente, as mais graves ilações, as mais sérias consequências (...) podem ser tiradas dessa *narrativa dos fatos*. Não irei ao ponto de tirá-las desta tribuna. Deixo ao espírito de cada deputado, deixo à consciência de cada brasileiro a incumbência de ficar meditando sobre as terríveis *realidades* hoje aqui expostas." (id.,p.258; grifos meus)

Mais uma vez, não é o "conhecimento" (a elaboração dos fatos, os processos, as situações) que aqui predomina, e sim a relação estreita entre "fato", "realidade" e "verdade": "Esta é a verdade", diz, referindo-se aos *fatos* que comprovam o envolvimento da guarda pessoal no atentado da Toneleros, cabendo aos deputados e a cada brasileiro meditar sobre eles.

A segunda parte do discurso é um clamor a Getúlio para que reflita sobre sua responsabilidade de presidente, se lembre das glórias de seu povo e pense em seus filhos e irmãos. Ao final, o pedido de renúncia: "lembre-se dos homens e deste país e tenha a coragem de ser um desses homens não permanecendo no governo, se não for digno de exercê-lo." (id.,p.259)

O sucesso do discurso se deve certamente a ambas as partes, mas é a primeira que mais importa para nossa reflexão. O roteiro da argumentação merece ser recapitulado. Em primeiro lugar, Afonso Arinos declara que, se os filósofos buscaram em vão a resposta à pergunta "Que é a verdade?", nunca se perguntaram "Que é a mentira?". Isso posto, responde às acusações de Getúlio dizendo que "se não é possível saber o que é a verdade, é perfeitamente possível saber-se o que *não é a mentira*". (id.,p.256; grifo meu) Nesse sentido, *não é mentira* o sangue da rua Toneleros, o inquérito da *Última Hora* etc., do mesmo modo que *é verdade* o envolvimento da guarda pessoal no atentado (dois conjuntos de fatos: uns conhecidos e o outro dado a conhecer naquele momento). Ou seja: Afonso Arinos *sabe* responder à pergunta que deu o título a seu discurso, e a soluciona pela tríade fato-realidade-verdade. Evidentemente há aqui um desvio da direção original, pois que não se trata mais de uma certa Verdade filosófica, e sim de um resgate do fato, tomado como *prova jurídica* e portanto como depositário de uma verdade incontestável.

O assunto, assim como o discurso, não seriam objeto de atenção especial aqui, não fosse sua relação com a discussão sobre o liberalismo e com o deslocamento constante dos termos pelos quais Afonso Arinos define sua atuação política. Se o que

predomina na entrevista é a preferência pelas *idéias* em detrimento dos *fatos*, no discurso que constitui o *acontecimento* político da carreira de Afonso Arinos, não apenas aquela preferência se inverte a favor dos fatos, como também os próprios conceitos são investidos de outro estatuto. É o fato, agora, que detém o potencial de *realidade* necessário à mudança: não é de *idéias* que o país precisa, e sim de se render à *evidência dos fatos*.

4 - Final

Toda essa discussão não está distante da reflexão teórica sobre o trabalho com a história oral. Cabe perguntar: quando se diz que entrevistas de história oral fornecem *versões* sobre o passado, não se corre o risco de pressupor que essas versões se situam em um plano diverso daquele da *realidade* (e, portanto, da *verdade*)? Não seria mais correto conferir às versões e aos enviesamentos um estatuto de verdade? Ou, parafraseando Roberto Schwarz, reconhecer neles a "parte verdadeira"?

A entrevista de Afonso Arinos é ancoramento privilegiado para aprofundarmos essa reflexão. E não menos por se tratar aqui de um expoente da elite política brasileira, daquele grupo que, bem ou mal, é responsável pelas mudanças políticas na sociedade brasileira. Nesse sentido, quando nos perguntamos sobre o *estatuto de verdade* da entrevista, é também daquela *realidade factual* que estamos falando - e, mais radicalmente, daquilo que coincide com uma certa concepção do *fato* como "motor da história". O que se quer sublinhar aqui é o potencial documental de entrevistas de história oral no que diz respeito a esse plano da realidade. Uma entrevista com membro da elite brasileira pode ter um caráter laudatório, mas isso não significa que ela não possa se transformar em fonte de informação sobre a sociedade e as mudanças em nossa história recente.

Dois exemplos concretos ajudam a precisar o que se pretende sublinhar aqui. Eles mostram como os fundamentos da democracia liberal não invalidam as práticas regidas pela lógica do "favor" no exercício da atividade política. Trata-se de duas opções políticas de Afonso Arinos, tomadas em momentos próximos da realização da entrevista. A primeira diz respeito à sua filiação ao PDS, após a extinção do bipartidarismo em 1979. Perguntado pelas razões dessa filiação, já que em pronunciamentos públicos vinha

criticando incisivamente o governo, Afonso Arinos justifica: "Tinha de ficar com os meus amigos políticos". (Fita 15-B; 001) O fato desses amigos não terem se afastado do governo militar enquanto que ele havia se recusado a votar em Costa e Silva, não impediu, segundo Afonso Arinos, essa opção partidária.

"Meus amigos estavam todos na linha da revolução, não é? (...) Eu não tinha ligações era com o lado contrário. Quer dizer, toda a herança do lado contrário era herança hostil: hostil a meu pai, hostil a meu irmão, hostil ao meu estado." (ibid.)³⁰

A opção pelo partido obedece portanto antes à lógica das relações de amizade e da tradição familiar, do que a uma identificação de linha política.³¹ O que surpreende o pesquisador não é tanto a importância já conhecida da rede de relações de amizade e de parentesco para o desenvolvimento de articulações políticas, e sim a naturalidade com a qual Afonso Arinos a ela se refere. De um conhecido defensor dos ideais liberais-

³⁰ Sobre a distância que o separava politicamente dos amigos, cf. o trecho da entrevista que faz parte da mesma passagem:

A.C. - Pois é, de certa forma, são seus amigos, mas o senhor teve uma posição diante do regime que se instaurou no Brasil depois de 64 muito diferente da deles, não é?

A.A. - Ah, sim. (...) Porque eu não estava dentro dos acontecimentos, mas nunca estaria. Eu nunca estaria nos acontecimentos tal como eles se desenrolaram depois, não é, a partir do governo Castelo... Pois eu fiz a declaração de voto, de que eu não votaria no general Costa e Silva...

A.C. - Pois é. (...) É curioso; esse problema dos amigos é uma coisa muito séria em política, não é?

A.A. - Muito, muito.

A.C. - Quer dizer, mesmo que o senhor pense diferente deles, o senhor prefere estar com eles.

A.A. - Sim, porque eu sendo amigo, o fato de eu estar contra a opinião deles não rompe a amizade, não é? Eu continuo amigo deles." (Fita 15-B; 001)

³¹ À falta de identificação política com o PDS alia-se uma postura de afastamento semelhante à que predomina com relação à UDN. Assim, por exemplo:

"A.A. - Meu partido realmente não tomou nunca conhecimento de mim, é uma coisa muito curiosa. Eu sempre digo isso a Annah. Você sabe que eu não sei onde é a sede do PDS do Rio de Janeiro; eu não sei onde é a sede do PDS de Belo Horizonte. Nunca eu fui chamado..."

M.M. - Onde foi a inscrição?

A.A. - Eu fiz no diretório nacional, em Brasília, a pedido do Sarney. Sarney me pediu que fosse e então assinei um registro no diretório nacional." (Fita 15-A; 444)

É curioso observar como Afonso Arinos retira do ato de filiação o significado *político* que se poderia esperar que tivesse: "Sarney me pediu e então eu assinei o registro". Por outro lado, à semelhança do que se passava com a UDN, o fraco grau de pertencimento ao partido não esconde um desejo de dele fazer parte: na UDN, lutava para manter-se na liderança, e no PDS, lamenta que "seu" partido nunca o tenha chamado.

democráticos poder-se-ia esperar uma resposta diversa, e mais uma vez são os "enviesamentos" que revelam aqui a "parte verdadeira".

O segundo exemplo conduz à mesma direção. Trata-se da indicação, no PDS, do nome de Amaral Neto para candidato a deputado federal nas eleições de 1982. Desconhecendo tanto as idéias quanto o passado de Amaral Neto, Afonso Arinos seguiu novamente a lógica das relações pessoais, segundo conta na entrevista:

"Eu recomendei o Amaral a pedido dele. Ele me pediu se eu podia recomendar e eu recomendei, porque ele foi um dos homens mais dedicados ao meu irmão que morreu. (...) Então eu tinha essa recordação dele de fidelidade." (Fita 17-A; 025)³²

Se a entrevista de Afonso Arinos é lugar privilegiado para se refletir sobre o caráter documental de entrevistas de história oral é porque ela permite reconhecer que, no que diz respeito a certas elites políticas e intelectuais brasileiras, os "enviesamentos" são *parte verdadeira* da atuação histórica. O que move os acontecimentos políticos — a formação de um partido, os efeitos de um discurso parlamentar, a candidatura de um Amaral Neto — não é necessariamente uma correspondência unívoca entre *ação* e *idéia*. É desse constante deslissamento entre uma e outra que nos fala a entrevista de Afonso Arinos: um político que não é, mas é, "político", um partido que não é, mas é, "partido", uma ação que é apenas "palavra", mas que, a despeito disso, é "ação".

Recapitulemos o "tom" da entrevista: ao lado da insistência de Afonso Arinos no fato de que *não participava* da política, predomina uma certeza de *pertencimento* à política pelo viés da tradição familiar e da oratória. Esse quadro é sintetizado pela dicotomia "ação" *versus* "palavra", como se a *palavra* (a instância das idéias, do conhecimento histórico, da tradição intelectual) permanecesse imaculada e nada tivesse a ver com a *ação*. Se as idéias são liberais-democráticas, isso não impede que as ações obedeçam a lógicas diversas daquela e sejam justificadas pela desinformação. Disso resulta que os próprios termos usados por Afonso Arinos para definir sua atuação política sofrem uma oscilação constante: enquanto seu discurso intelectual protege a *palavra* das

³² Sobre o desconhecimento do que representava essa indicação, cf. o trecho que se segue à explicação acima:

"M.M. - Mas ele representa os piores lados do...

A.A. - Eu só soube disso depois. Me disseram até que se suspeita que a mulher dele morreu de briga com ele, não foi? (...) Eu não sabia disso. (...) Palavra de honra que não sabia." (Fita 17-A; 025)

vicissitudes políticas, elevando-a ao nível superior das *idéias*, o desenvolvimento da entrevista atesta o uso da *palavra* no terreno concreto dos *factos*, partindo de informações e produzindo acontecimentos.³³

Tal constatação não é novidade no estudo das elites intelectuais brasileiras e já se mostrou como Maria Victoria Benevides e Roberto Schwarz destacam a *ambigüidade* e o *deslocamento* como realidades nesse universo de estudo. Uma última referência corrobora esse sentido que conferimos aqui à entrevista de Afonso Arinos. Encontra-se-a na análise que Luiz Costa Lima faz da narrativa de *Casa-grande & senzala*, em um dos capítulos de seu *A aguarrás do tempo* (1989).

Estendendo suas conclusões à *intelligentsia* brasileira, na medida em que Gilberto Freyre teria captado um seu traço, Costa Lima chama a atenção para a esquizofrenia entre "poder" e "valor" que ressalta da imagem nuclear da narrativa de *Casa-grande*. Enquanto o poder do senhor de escravos não é ameaçado, os valores podem ser dele desconectados e significar uma democracia social inexistente do ponto de vista político. Isso faz com que as palavras signifiquem "apenas quando queremos que signifiquem", isto é, quando o falante se encontra em situações que não ameaçam a assimetria de poder, de modo que "a mão que manda nada tem a ver com a voz que fala". (Costa Lima, 1989, p.235) Finalmente, o carácter lábil das palavras se estende à própria fluidez dos conceitos usados por Freyre ao longo do livro, louvada por muitos críticos como prova de nossa flexibilidade frente ao rigorismo das formas de agir e pensar de outros povos. (id., p.206,216,219)

Sem pretender uma correspondência direta entre o clássico de Freyre e a entrevista aqui examinada, a referência às conclusões de Costa Lima tem a função de reforçar o sentido que extraímos da entrevista de Afonso Arinos, o qual, repetindo, não é o único possível. Nos parece que da oscilação dos termos usados por Afonso Arinos para definir sua atuação política resulta um duplo sentido. De um lado, ela reproduz uma "esquizofrenia" entre *palavra* e *ação*, segundo a qual a voz que fala nada tem a ver com a consciência que age; de outro, ela atesta aquela flexibilidade no uso dos conceitos que caracteriza o modo de pensar de certas elites intelectuais brasileiras. Nesse sentido, a

³³ Lembre-se que é o próprio Afonso Arinos quem destaca o significado do discurso de 1954 como ato que "derrubou o governo" (ao lado da "paixão de Lacerda" e inserido no "transe" que assolava o país) e que é ele também quem chama atenção para o *facto* que teria motivado o discurso.

entrevista não é "apenas uma *versão*", e sim documento de uma *realidade* que diz respeito à formação e ao modo de atuação de certos segmentos da sociedade brasileira que detêm responsabilidades no plano político e intelectual. Supor que entrevistas de história oral com membros das elites não tenham potencial documental é renunciar à reflexão crítica que sua análise pode engendrar ao colocar em questão aquela realidade.

Referências bibliográficas

- ARINOS, Afonso - 1954 - "Mas, que é a verdade? Discurso pedindo a renúncia do presidente Vargas (13-8-1954)", in: *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*. Aspásia Camargo, Maria Clara Mariani et al. Brasília, Senado Federal, Dom Quixote; Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1983, p.255-9.
- - 1961 - *A alma do tempo*. Rio de Janeiro, José Olympio. (Trata-se aqui do primeiro volume das memórias de Afonso Arinos. Os quatro primeiros volumes de suas memórias foram posteriormente reunidos em uma só obra, que recebeu o mesmo título deste primeiro.)
- - 1965 - *A escalada*. Rio de Janeiro, José Olympio. (Segundo volume das memórias)
- - 1979 - *Diário de bolso seguido de retrato de noiva*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. (Quinto volume das memórias)
- - 1982 - *Amor a Roma*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita - 1981 - *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- COSTA LIMA, Luiz - 1989 - "A versão solar do patriarcalismo: *Casa-grande & senzala*", in: *A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro, Rocco, p.187-238.
- HÜTTENBERGER, Peter - 1992 - "Überlegungen zur Theorie der Quelle", in: RUSINEK, Bernd-A.; ACKERMANN, Volker & ENGELBRECHT, Jörg (org.). *Einführung in die Interpretation historischer Quellen. Schwerpunkt: Neuzeit*. Paderborn, Ferdinand Schöningh, p.253-65.
- MOTA, Lourenço Dantas (coord.) - 1981 - "Afonso Arinos de Mello Franco; Não existe democracia relativa", in: *A história vivida: entrevistas*. 3a edição, São Paulo, Editora O Estado de S.Paulo, v.1, p.99-122. (Entrevista concedida por Afonso Arinos a Lourenço Dantas Mota, Villas Boas Correa e Marçal Versiani em 19 de março de 1978 e publicada no primeiro volume da série "Documentos abertos".)
- SCHWARZ, Roberto - 1981 - "As idéias fora do lugar", in: *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 2a edição, São Paulo, Duas Cidades, p.13-28.